

UMA FAMÍLIA ITUANA ATRAVÉS DOS SÉCULOS**Descendência de Pedro Vaz de Barros, através de seu filho de mesmo nome
e de sua neta Lucrecia Leme Pedroso
(Silva Leme, vol. 3, Título Pedrosos de Barros)**

Manoel Valente Barbas

Resumo: *História, registros de arquivo e detalhes genealógicos de uma família ituana, descendente de troncos vicentinos, através dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.*

Abstract: *History, archive records and genealogy details of an Ituana family, descendent from the Vicentino lineages of the 17th, 18th, 19th and 20th centuries.*

1 - PEDRO VAZ DE BARROS (o 1º deste nome):

Nascido no Algarve, Portugal, provavelmente na década de setenta, do século XVI. Isso se depreende da cronologia de sua vida que a medida que vai sendo pouco a pouco aclarada, enquadra a data de seu nascimento.

Foi designado (em nomeação dupla com o seu irmão Antônio) para Governador da Capitania de São Paulo, em 1602. Ao que parece já teria estado no Rio de Janeiro, anteriormente (Nota 1), quando, então, deveria estar, no mínimo, com uns 25 anos. Casou-se, posteriormente, com, aproximadamente, 40 anos (ou pouco mais), em meados da década de dez, do século XVII, época de nascimento de seus filhos, com Luzia Leme. Cumpre dizer que Luzia Leme deveria ser bastante jovem quando do enlace (comparando-se com a idade do marido), pois sua mãe, Lucrecia Leme, nascera por volta de 1568/70 (face às datas de nascimento de seus irmãos) (Nota 2); esta Lucrecia casara-se por volta de 1585 e tivera 5 filhos, antes de Luzia, o que dá para o nascimento desta última a época de 1595/97, aproximadamente. Pedro Vaz de Barros faleceu em 1644, crê-se que com, aproximadamente, 70 anos.

Há uma excessiva preocupação de Pedro Taques, endossado por Silva Leme, de apresentá-lo como pertencente a uma família de fidalgos, quando a vaga credencial de que se dispõe é ser ele primo de um certo licenciado Antônio de Barros, capelão de el-rei, e de duas irmãs deste capelão, benemerentes e casa-

das com pessoas cavalheiras, também elas, por sua vez, irmãs de mais dois homens que foram despachados no real serviço para a Índia, que por sua vez eram irmãos de um padre. Aos olhos atuais, não parece uma credencial resistente a uma boa análise, apesar de extremamente elaborada! Pedro Taques era primo dos Pedrosos de Barros e tinha o interesse de exagerar a fidalguia daqueles. Na verdade, parece que os irmãos Antônio Pedroso de Barros e Pedro Vaz de Barros eram, eles próprios, sem considerar liames de família, de grande valor. Antônio teria estado nas minas de prata do Peru, nos idos de 1591, antes de vir para o Brasil, o que era um ato de aventura, coragem, bravura e combatividade, para a época (ainda Nota 1).

A nomeação conjunta dos dois irmãos para altos cargos na colônia, também, é sinal da consideração que gozavam na Corte de Portugal, em época do domínio espanhol. Crê-se que o valor dos dois irmãos era intrínseco a eles e não ligado propriamente às frágeis relações de família que poderiam ter ajudado em sua carreira, mas não tê-la feito construir por si só. Há uma séria preocupação do autor José Gonçalves Salvador de taxar os referidos irmãos Pedroso de Barros de cristão-novos (Nota 3). Este autor chega mesmo a afirmar que Antônio Pedroso de Barros revelou ao visitador do Santo Ofício, em 1591, nas “Denúncias da Bahia”, que ambos os seus pais eram de origem sefardita, isto é, judeus ibéricos. No entanto, o autor só cita mas não transcreve, nem localiza arquivisticamente o documento-fonte de referência! Talvez seja essa “nódoa” étnica (na época) a raiz da preocupação de Pedro Taques em encontrar relações familiares nobres e clericais para os irmãos Pedroso de Barros, neutralizando outros fatores, que em nada desdouram o conceito e a memória que se possa ter deles.

O grande desenhista, chargista e escritor paulista Belmonte (Benedito Bastos Barreto, (1896–1947), no seu precioso livro “NO TEMPO DOS BANDEIRANTES” (Nota 4), ao descrever as necessidades de comércio das Vilas do Paraguai, estabelecidas em território atualmente do Brasil (Vila Rica, por exemplo, estabelecida no atual Estado do Paraná, às margens do rio Ivaí), faz constar a tentativa de aproximação daqueles com a Vila de São Paulo. Assim, transcreve carta de Hernandarias (Hernan Arias de Saavedra) ao rei da Espanha, de 5 de abril de 1604, onde narra a expedição que quatro soldados fizeram a Vila de São Paulo, em que chegaram, após alguns meses de “navegação” (sic). Diz que, por serem os portugueses “gente proibida”, submete ao monarca espanhol a questão da possibilidade de ter a Província de Guaíra comércio com aquela Vila. Do nosso lado, a Ata da Câmara de Piratininga, no dia 22 de novembro de 1603, reza que “Acordam os ditos oficiais com o senhor Capitão Pedro Vaz de Barros, em presença dos soldados espanhóis que vieram da Vila Rica do Espírito Santo, da Província do Paraguai.....(cita o nome dos soldados)..., os quais na dita Câmara disseram que foram despachados por seu maior Dom Antonio de Andrasque (Capitão General Dom Antônio de Añasco, nota do Autor) tratar que lhes sendo

necessário socorro como cristãos e vassallos de Sua Majestade Iho dessem desta Capitania e que eles fariam o mesmo sendo necessário e acordou-se que a todos parecia bem e que disso se fizesse assento, por todos assinados e o assinaram Antônio Rodrigues, escrivão o escrevi e declarou o dito capitão (*Pedro Vaz de Barros, nota do autor*) que lhe daria socorro, sendo-lhe necessário mas que se não meteriam fazendas de uma parte para outra até Sua Majestade ser avisado.” (o autor fez uma transcrição desta Ata, para a linguagem atual, para melhor entendimento presente). Era o Meridiano das Tordesilhas intervindo nas relações político-comerciais da América do Sul, embora, na época, estivesse sob a mesma coroa, a espanhola.. Este último documento atesta Pedro Vaz de Barros (o 1º deste nome) à frente da Capitania de São Paulo, em 1603.

Convém ressaltar o caráter de bandeirante que teve Pedro Vaz de Barros, tomando parte em várias importantes bandeiras da fase da caça ao índio:

. Em 1611, ao Guaíra, quando Dom Antônio de Anãso, comandante daquela Praça, surpreende Pedro Vaz de Barros ali, com 32 brancos e muitos índios, intimando-o para que devolvesse os prisioneiros nativos que chegavam a quinhentos, pois muitos estavam ainda escondidos nos matos e foram pouco a pouco se chegando ao acampamento castelhano. Pedro Vaz de Barros apresenta então ao comandante castelhano uma provisão do Governador do Sul do Brasil, d. Luiz de Souza, oficializando a entrada paulista. Nessa época, Portugal e Espanha estavam sob a mesma bandeira e um documento deste tinha valor oficial; Vaz de Barros alega, então, que aqueles índios que ali estavam já eram catecúmenos dos jesuítas de Piratininga e que haviam sido enviados ao Guaira para recolher os amigos e parentes que quisessem emigrar - desculpa política, mas não muito convincente (Nota 5).

. Logo após, em 1615, Pedro Vaz de Barros é incluído, em São Paulo, entre os beneficiados, na “Matrícula da Gente Carijó”, com a partilha oficial de índios trazidos pelas Bandeiras (Nota 6).

. Em 1623, novamente Pedro Vaz de Barros parte para o sul, na caça ao índio, desta vez na bandeira comandada pelo grande Sebastião Preto que morre no sertão, atingido por uma flechada, e em cujo testamento consta o nome de muitos vultos históricos da Vila de São Paulo, inclusive o de Pedro Vaz de Barros (Nota 7).

. Ironicamente, ele que era partidário das bandeiras que provocava o constante êxodo da povoação de Piratininga, a 9-NOV-1624, requer à Câmara de São Paulo que ninguém mais partisse para o sertão, devido à péssima situação em que se encontrava o Brasil, com a Bahia tomada pelos holandeses que ameaçavam também a Vila de Santos. Assim era necessário poupar homens e pólvora para as eventualidades! (Nota 8).

. Em 1628/29, participa Pedro Vaz de Barros do assalto que os paulistas fizeram às reduções dos jesuítas do Guaíra, arrasando-as e fazendo enorme quantidade de cativos que arrastaram para São Paulo. Sobre esse saque, os jesuítas castelhanos fizeram um célebre relato, que é conhecido como “Relación de los agravios”, sobre uma operação de guerra, um conjunto de bandeiras que se abateu sobre as missões jesuíticas, uma delas comandada por Pedro Vaz de Barros, que nem sempre foi feliz em suas investidas, tendo sofrido muitas baixas entre o seu pessoal. Ele, para se resguardar de possíveis futuras perseguições das autoridades superiores, no Brasil, fazia-se acompanhar de um “mandado policial que lhe determinava fizesse voltar a povoado os bandeirantes que encontrasse”! Disfarce mais irônico não poderia haver, sendo ele um dos bandeirantes que estava em campanha de caça! (nota 9).

Moveu, também, campanha contra os jesuítas (e a sofreu deles, em revide), fator usado por historiadores para reforçar as suspeitas de que ele fosse cristão-novo.

. Em 1640, pouco antes de falecer (1644), participa do “tumulto anti-jesuítico” havido em São Paulo que culminou com a expulsão destes padres da Vila, oficializada pela Câmara” (Nota 10)

. A 7-JUL-1640, na sessão da Câmara de São Paulo, dando eco às leis vindas de Lisboa, requereu-se o seqüestro dos bens, inclusive a confiscação dos gentios aprisionados, de vários indivíduos, cuja partida para o sertão se anunciava iminente, inclusive Pedro Vaz de Barros. Tratava-se de parte da disputa entre os jesuítas e os caçadores de índios que acabando mal para os primeiros, anulou esta carga sobre os segundos (ainda Nota 10)

Pedro Vaz de Barros (pai) faleceu em São Paulo, a 28-MAR-1644 (Nota 11).

§ 1º

I- PEDRO VAZ DE BARROS (o 1º deste nome) se casou com LUIZA LEME, da ilustre família paulista **LEME** (S. L. vol. 2º, p. 552 e vol.3º, p. 442) e teve, entre seus 8 filhos, a:

II- PEDRO VAZ DE BARROS (o 2º deste nome), personagem ímpar da história paulista, por sua opulência, poder e liderança. Sobre ele, tem-se o que conta Silva Leme, no Vol. 3º, págs. 480 a 482.

Foi o fundador da capela de São Roque, SP. Apelidado de “o Vaz Guachu”, deve ter nascido pelo início da década de vinte do século XVII, uma vez que Affonso de Taunay (Nota 12) dá como 1623 o ano de nascimento de seu

irmão mais próximo e mais novo, Fernão Pais de Barros. Faleceu em 30-AGO-1674, conforme Azevedo Marques (Nota 13).

Sobre a fundação desta Capela, origem da atual cidade de São Roque, SP, ver o artigo de Silveira Santos, “São Roque de Outrora”, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” (Nota 14).

Pedro Vaz de Barros (o segundo deste nome) não se casou, mas teve de diversas mulheres os 10 filhos seguintes (recapitulando Silva Leme, Vol. 3º, pp. 482 e 493):

- 1 (III)- BRAZ LEME DE BARROS, filho da mameluca JUSTINA.
- 2 (III)- JOANA VAZ DE BARROS, filha da mameluca JUSTINA.
- 3 (III)- MARIA VAZ DE BARROS, filha da mameluca JUSTINA.
- 4 (III)- IZABEL, filha de CATARINA.
- 5 (III)- LOURENÇA, filha de TERESA.
- 6 (III)- MARGARIDA, filha de RUFINA.
- 7 (III)- MARIANA, filha de MARIA.
- 8 (III)- PÁSCOA DE BARROS, filha de BÁRBARA AMARAL.
- 9 (III)- LEONOR, filha de BÁRBARA AMARAL.
- 10(III)- LUCRÉCIA LEME PEDROSO, filha da índia carijó LOURENÇA DA SILVA, que segue.

III-LUCRÉCIA LEME PEDROSO não consta do inventário de seu pai, Pedro Vaz de Barros (2º deste nome), mas está provado ser sua filha, por diversas razões, apontadas por Silva Leme. Ela era irmã de Páscoa de Barros (item 8 (III), acima), conforme o processo de dispensa de parentesco de consangüinidade, no casamento da bisneta desta, Maria Antônia de Jesus com o bisneto daquela, João da Costa Aranha (2º) (Nota 15); era também, irmã de Mariana Pedroso (item 7 (III), acima), conforme declara em seu testamento (Nota 16); e cunhada do capitão Francisco Álvares Rodrigues, casado por sua vez com Lourença Vaz de Barros (item 2.5, acima). Como essas suas 3 irmãs eram filhas de três mães diferentes, conclui-se que o pai era o elo comum que as unia. A notícia de que Pedro Vaz de Barros (o 2º deste nome) teve a filha Lucrécia Pedroso Leme, com a índia carijó Lourença da Silva, foi tirada dos processos de “Habilitação de Genere et Moribus” do neto de Lucrécia, o Padre Manoel da Costa Aranha”, processo este descoberto em 1998, pelo genealogista Marcelo Meira Amaral Bogaciovas (Nota 17). Por outro lado, o processo do mesmo gênero, do habilitando Joaquim Novaes de Magalhães (que acabou não se tornando padre (Nota 18), traz informações complementares à essa família. Na “REVISTA DA ASBRAP, nº 4, há o artigo deste autor, “O casal Lucrécia Pedroso Leme e Antônio Antunes” (Nota 19), com uma am-

pla dissertação sobre essas pessoas, época e realizações, procurando elucidar todas as dúvidas sobre a matéria.

O inventário de Lucrécia Leme Pedroso é de 1706 e não de 1715, como diz Silva Leme (ainda Nota 16). Foi casada com ANTÔNIO VIEIRA ANTUNES, de S. Quinhedo, arcebispado de Braga, Portugal, filho de José Antunes Rajallo (ou Arraiolo) e de Maria Francisca. Antônio Vieira Antunes havia muitos anos fugira de seus pais para a cidade de Lisboa de onde embarcara para o Brasil. Foi morador, com sua mulher, em Itu, SP, onde tinha propriedade rural e exerceu a função de mascate, no início do século XVIII, nas recém descobertas minas de ouro de Cataguases, MG (ainda nota 19).

Lucrécia Leme Pedroso e Antônio Vieira Antunes tiveram:

- 1 (IV)- MARIA FRANCISCA VIEIRA (que segue);
- 2 (IV)- ANA VIEIRA que se casou com ESTEVES GOMES COUTO, com geração (Silva Leme, vol. 3, “Título Pedrosos de Barros”);
- 3 (IV)- Um filho, do sexo masculino (ainda Notas 16 e 19);
- 4 (IV)- Uma outra filha (ainda Notas 16 e 19).

IV- MARIA FRANCISCA VIEIRA, batizada a 24 de agosto de 1799, em Itu, SP e casada com JOÃO DA COSTA ARANHA, a 15 de janeiro de 1715, em Itu, SP (e não em 1714, como diz Silva Leme, no vol. 3, “Título Pedroso de Barros”). João da Costa Aranha nasceu a 28 de julho de 1692 e foi batizado a 30 do mesmo mês, em São João da Foz, Bispado do Porto, Portugal, filho de Vicente da Costa Rato (e não Rates, como diz Silva Leme) (ainda 19) e Felipa da Fonseca, que se casaram em 12 de maio de 1679, na Freguesia de São Victor, extra-muros da Cidade de Braga. Vicente da Costa Rato não era doutor pela Universidade de Coimbra, como diz Silva Leme (ainda 19); batizado a 26 de janeiro de 1653, na Freguesia de São Victor, Arcebispado de Braga, filho de Francisco Gonçalves, marceneiro, e de sua mulher, Marta da Costa, esta filha de Francisco Martins e de Ana Rodrigues (Nota 20). Felipa da Fonseca era natural da Vila de Arcos de Valdevez, Arcebispado de Braga, filha deDias e Isabel Rodrigues (ainda 20). João da Costa Aranha, uma vez viuvo, casou-se com Gertrudes de Araújo Cabral (Silva Leme, vol. 4, Título Arruda Botelhos), tendo entre outros filhos a Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, célebre Capitão Mor de Itu, SP (de 1779 a 1825) (Notas 21 e 22). Maria Francisca Vieira e João da Costa Aranha (“mercador de fazenda seca”) (ainda 22) tiveram (23):

- 1 (V)- MARIA FRANCISCA VIEIRA (2ª deste nome), que segue.
- 2 (V)- JOÃO ARANHA DOS SANTOS que se casou com JOANA RITA, com geração.

- 3 (V)- LUZIA DA COSTA que se casou com o CAPITÃO JOÃO FERNANDES DA COSTA, com geração.
- 4 (V)- JOANA DA COSTA ARANHA, falecida solteira.
- 6 (V)- JOÃO, falecido solteiro.
- 7 (V)- PADRE MANOEL DA COSTA ARANHA (Nota 22), batizado a 12-AGO-1731, em Itu, SP. Em 20-JAN-1752, inicia o seu Processo de Habilitação de “Genere et Moribus” (17). Recebeu as ordens em SET-1754. Foi vigário de Araçariguama, SP, de 1758 a 1764. Vigário de Itu, SP, de 1777 a 1790. Durante o seu paróquio foram inauguradas a Igreja Matriz da Candelária de Itu (1780) e a do Carmo (1782). Faleceu em 1800 (ainda Nota 22).

V- MARIA FRANCISCA VIEIRA (2ª deste nome), batizada a 15-SET-1722, em Itu, SP (Nota 18). Casou-se a 26-NOV-1743, na Matriz de Itu, SP, com FRANCISCO MAGALHÃES NOVAES, natural da Freguesia de Santa Maria de Ribeiros, Montelongos, Comarca de Guimarães, filho de João Novaes, da mesma Freguesia e de Isabel Magalhães, da Freguesia de São Bartolomeu, Monte Longo, comarca de Guimarães (ainda 18). No primeiro recenseamento havido em terras paulistas, em 1765, por ordem do Capitão General da Capitania, Luiz Antônio de Sousa Botelho, o Morgado de Mateus (24), aparece assim constituída a família de Francisco Novaes de Magalhães: Francisca Vieira (2ª deste nome, indicação do autor), de 36 anos (notar que a idade era de 33 anos, a contar pelo batizado da mesma). Possui 20:000\$000. Filhos: Joaquim Novaes de 20 anos; José Novaes, de 12 anos; Francisco Novaes, de 5 anos; Ana, de 16 anos; Maria, de 11 anos; Isabel, de 8 anos”. É de se notar que em toda a Vila de Itu não havia fortuna maior que a de Francisco Novaes de Magalhães, pois a do Capitão Mor de então (Salvador Jorge Velho) era de 2:400\$000; a do Sargento Mor (João de Sousa Roiz), 4:000\$000; a de Antônio Pacheco e Silva, patriarca ituano, posteriormente, por muitos anos também sargento mor, um dos homens mais poderosos do lugar, com descendência até hoje de destaque na sociedade local, 2:000\$000! Já no recenseamento do ano seguinte, 1766, (Nota 25) há uma disparidade no número de habitantes e nos valores das fortunas possuídas pelas principais figuras da Vila, embora permaneça a posição relativa das mesmas, a saber: Francisco Novaes de Magalhães, 45:000\$000; Salvador Jorge Velho, 10:000\$000; Antônio Pacheco e Silva, 5:000\$000. Declara aí que Francisco Novaes vivia de seu negócio de “fazendas secas”.

Faleceu, Francisco Novaes de Magalhães, em Itu, a 19-DEZ-1785, com 65 anos (Nota 26), com testamento (Nota 27). Tiveram (Nota 28):

- 1 (VI)- ANA NOVAES DE MAGALHÃES que segue;

- 2 (VI)- MARIA NOVAES DE MAGALHÃES que se casou com INÁCIO DUARTE REGO, com geração;
- 3 (VI)- ISABEL NOVAES DE MAGALHÃES que se casou com o irmão de seu cunhado, JOAQUIM DUARTE DO REGO, com geração;
- 4 (VI)- FRANCISCA DE PAULA NOVAES DE MAGALHÃES que se casou com MANOEL PINTO FERRAZ, sem geração conhecida;
- 5 (VI)- ANA FRANCISCA NOVAES DE MAGALHÃES que se casou com o irmão de seu cunhado, FRANCISCO PINTO FERRAZ, com geração
- 6 (VI)- JOAQUIM NOVAES DE MAGALHÃES, batizado em 11-MAIO-1745, entrou com Processo de Habilitação de “Genere et Moribus” em 1766, para se tornar sacerdote, mas não veio a atingir esse objetivo (ainda nota 18). Casou-se com ANA CORDEIRO MONTEIRO, com geração (Nota29) e faleceu jovem, pois em 1785, no testamento de seu pai é declarado morto (ainda 27).

VI- ANA NOVAES DE MAGALHÃES nascida em Itu, no ano de 1747, se casou com FRANCISCO XAVIER DE AZEVEDO, nascido a 1º-NOV-1732 e batizado a 2, do mesmo mês e ano, como Francisco Xavier Carlos. Filho de Victoriano (e não Victorino, como diz Silva Leme) de Azevedo da Silva Castro e de Maria Madalena da Silva, na Freguesia de Santa Maria de Palmeira, do termo de Braga, Portugal (Nota 30). Francisco Xavier de Azevedo foi Capitão das Ordenanças, por patente de Dom Luiz Antônio de Souza Botelho, Morgado de Matheus, de 8-DEZ-1774 (31). Já no ano anterior, o tenente Francisco Xavier recebera uma Carta de Sesmaria “de uns campos e faxinais no distrito da Vila de Faxina” (Nota 32).

Foi, junto do tio de sua mulher, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha e do Guarda Mor Estanislau de Campos e Arruda, candidato à eleição para Capitão Mor de Itu, realizada na Câmara daquela Vila, em 29-AGO-1779, em que o seu tio venceu (Nota 33). No recenseamento de 1766 (ainda Nota 25), Francisco Xavier de Azevedo aparece com 30 anos de idade, tenente dos auxiliares de pé (infantaria), casado com Ana Novaes de Magalhães, possuindo em bens móveis e vivendo do negócio, com haveres avaliados em 4:000\$000. Em comparação ao que foi dito acima, sua fortuna também era das maiores da Vila. Ocorreu com Ana Novaes de Magalhães um fato curioso: o que dirime dúvidas sobre a data de passagem do Povoado de Piracicaba à Freguesia é o primeiro Livro de Batismo daquela localidade. Os principais autores que tratam do assunto, como, por exemplo, Mário Neme (Nota 34) e Leandro Guerrini (Nota 35) citam o documento como prova irrefutável de que Piracicaba fora elevada à Freguesia, nos idos de 1774. Pois bem, nesse Livro, o primeiro batizado é o de Antônio, filho do Povoador Capitão Antônio Corrêa Barbosa. E a madrinha, justamente Ana Novaes de Maga-

lhães, que por não poder estar presente, nomeou uma substituta para a solenidade. Ana Novaes de Magalhães faleceu em 1801, pois no recenseamento de Itu, deste ano, aparece: “Francisco Xavier de Azevedo, 69 anos, viúvo, branco, Capitão Reformado de Infantaria de Milícias”... E mais adiante: “Falta nesta lista sua mulher D. Ana Novaes que morreu com 54 anos E dá mais outras informações sobre Francisco Xavier: “Senhor de Engenho, fez açúcar neste ano: alvo, 250 arrobas; mascavo: 80; médio : 40; azeite: 5 caixas. Planta mantimentos para o seu gasto. Colheu também 30 alqueires de farinha de mandioca; 6 arrobas de goma que se vende nesta Vila. De açúcar deixa para o gasto de sua casa, 12 arrobas” (Nota 36).

Tiveram, entre outros, a:

VII- ANA MARIA NOVAES DE MAGALHÃES (Nota 37) que se casou com CAETANO JOSÉ PORTELLA, natural de Lisboa, Portugal, filho de Mathias Rodrigues Portela e de Helena Maria. No recenseamento da Vila de Itu, no ano de 1790, Caetano José Portela aparece pela primeira vez, arrolado na Lista Geral da Cia. do Capitão Carlos Bartholomeu de Arruda (Nota 38): “Alferezes Caetano José Portela, 30 (anos), Bairro de Putrebu (Nota 39). O Capitão José Portella era tão respeitado e inspirava tanta confiança na Vila de Itu que quando houve, em 1811, a subscrição para o resgate de portugueses cativos dos mouros em Argel, África, ele foi escolhido para levar de Itu à capital da Capitania, em 11-ABR-1811 (Nota 40), os valores arrecadados para aquele fim.

Francisco Nardy Filho, o conhecido cronista ituano, em sua obra “A Cidade de Itu”, em diversas partes, cita o nome de Caetano José Portela. É uma pena que este escritor não diga de onde tirou suas informações, se de tradição oral, se de documentos. Quando diz a origem, não localiza a obra. Cai no mesmo vácuo da dúvida de que já falamos na Nota 1, deste artigo. Assim, ele cita:

- a) No volume IIIº, à página 17, em um item que ele chamou “Uma demanda que não houve”, Nardy Filho, após desfazer uma notícia que recebera de outros cronistas mais velhos, informa que Caetano José Portela havia vindo de Portugal muito jovem, recomendado para trabalhar para Francisco Novaes de Magalhães, avô da que se tornou depois sua mulher. Que era conhecido também por Caetano Novaes Portela, tal era a sua identificação com a família de seu protetor.
- b) Diz, no mesmo volume e página, que Caetano José Portela foi Juiz Ordinário (Presidente da Câmara dos Vereadores), no ano de 1816, assim assinando as Atas da Câmara.

- c) No volume IV^o, à página 239, quando trata das “casinhas” que eram pequenas construções que serviam de mercadinhos na Vila, diz: “ *Em 1808, encontrando-se em ruínas o sobradinho do Senado da Câmara de Itu, esta vendeu-a, bem como o terreno anexo ao mesmo, ao capitão Caetano José Portela....*”
- d) No volume I^o, à página 140, conta que, em 1842, ao falecer, o Capitão Caetano José Portella, movido por seu altruísmo, deixou em testamento a quantia de 40 contos de réis para o início da construção de uma Santa Casa de Misericórdia, ponto de partida do estabelecimento dessa instituição em Itu, SP (Nota 41). Teve, o casal (Nota 42):

- 1 (VIII)- FRANCISCO PORTELLA, com geração em Itu ;
- 2 (VIII)- ANA PORTELLA que se casou com JOSÉ VICTORINO DA ROCHA PINTO, com geração;
- 3 (VIII)- LEOCÁDIA RITA PORTELLA que segue;
- 4 (VIII)- N.... que se casou com JOAQUIM BENTO RAYMUNDO DE SOUZA, com geração;
- 5 (VIII)- GUARDA MOR JOAQUIM NOVAES PORTELLA que se casou com ANA ESMÉRIA DE SOUSA, com geração.

VIII- LEOCÁDIA RITA PORTELLA casou-se (Nota 43) com DOMINGOS MONTEIRO DE CARVALHO¹, português, do Arcebispado de Braga, filho de Antônio de Alvaçoens (sic) e Maria Thereza Ribeiro (ainda Nota 43). Faleceu Domingos Monteiro de Carvalho, na cidade de Itu, em 13-DEZ-1855, com testamento (Nota 44). Leocádia Rita Portella aparece como proprietária de várias porções de terra em Itu, conforme se pode ver na Nota 45. Faleceu por volta de 1879, data de seu inventário (ainda Nota 45). Tiveram (Nota 44):

- 1 (IX)- JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO, que segue.
- 2 (IX)- JOSÉ MONTEIRO DE CARVALHO, com 23 anos, solteiro, no inventário de seu pai, em 1856.

¹ Domingos Monteiro de Carvalho teve, de outra mulher, antes de seu casamento com Leocádia Rita Portella, ao MAJOR JOÃO MONTEIRO DE CARVALHO, herdeiro no inventário daquele, aprovado pela viúva. Morador de Itapetininga, SP, foi um dos seus mais influentes cidadãos, tendo sido ali escrivão, político e incentivador das artes (música e teatro amador) (Nota 61 e 63). Não se sabe o nome de sua mulher, mas teve que descobrimos: João Monteiro de Carvalho Filho (ainda Nota 62 e 63) e Ranulpho Monteiro de Carvalho, advogado e político.

- 3 (IX)- FRANCISCO MONTEIRO DE CARVALHO com 21 anos, solteiro, no inventário de seu pai, em 1856.
- 4 (IX)- ANA CAROLINA MONTEIRO DE CARVALHO, com vinte seis anos no inventário de seu pai, em 1856, que se casou com MIGUEL LUIZ DA SILVA (Miguel Paraíso), irmão de Manoel Joaquim da Silva , marido de sua irmã, Maria Carolina, do § 14º (IX), abaixo, ambos capitalistas em Itu, no último quartel do século XIX, sem geração (Notas 59).
- 5 (IX)- MARIA CAROLINA MONTEIRO DA SILVA, que segue no § 14º.
- 6 (X)- ANTÔNIA CÂNDIDA MONTEIRO DE CARVALHO, com 20 anos, em 1856, que se casou com AUGUSTO PINTO DA SILVA PAES, sem notícias sobre a sua geração.
- 7 (X)- JOAQUINA ÂNGELA MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 15º.
- 8 (X)- MAJOR JOÃO MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 16º.

IX- JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO, nascido em Itu, mas morador de Itapeitinga, com fazenda no Bairro do Palmital, atual Angatuba, SP, casado com ANA CONSTANÇA DE SOUZA NOGUEIRA, filha de Antônio Albino de Souza Nogueira e Carolina Candida do Nascimento (Notas 46, 47 e 63). Tiveram (Nota 48):

- 1 (X)- JOSEFINA MONTEIRO DE CARVALHO que segue.
- 2 (X)- DOMINGOS MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 2º.
- 3 (X)- LEOCÁDIO MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 3º.
- 4 (X)- ALÍPIO MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 4º.
- 5 (X)- ANTÔNIO MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 5º.
- 6 (X)- SALUSTIANO MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 6º.
- 7 (X)- JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO JÚNIOR, que segue no § 7º.
- 8 (X)- JOÃO MONTEIRO DE CARVALHO PRIMO, que segue no § 8º.
- 9 (X)- VITALINA MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 9º.
- 10(X)- IDÁLIA MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 12º.
- 11(X)- ANA CONSTANÇA MONTEIRO DE CARVALHO, que segue no § 13º.
- 12(X)- CAROLINA MONTEIRO DE CARVALHO (Lula) que se casou com o seu sobrinho do item 2 (XI), do § 1º, logo a seguir, sem geração, mas com uma filha de criação, MARIA AUGUSTA DA SILVA, que se casou com MIGUEL MONTEIRO DE CARVALHO, do item 1 (XI), do § 7º, a seguir.

X- JOSEFINA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com BRASÍLIO AYRES DE AGUIRRE, filho do Cel. Paulino Ayres de Aguirre e Maria Joaquina. Brasílio Ayres de Aguirre formou-se, em 1871, na Escola Superior de Filosofia e Ar-

tes do Rio de Janeiro. Era primo-irmão do político republicano itapetininguense Venâncio Ayres. Através deste, se tornou amigo do poeta Castro Alves. Como morador do Rio de Janeiro, enquanto estudava, foi o intermediário do último encontro desse poeta, antes de morrer, com Eugênia Câmara, seu grande amor (Nota 49). Tiveram:

- 1 (XI)- PAULINO AYRES DE AGUIRRE que se casou com ALZIRA DE MORAES, com geração.
- 2 (XI)- JOAQUIM AYRES DE AGUIRRE que se casou com a sua tia CAROLINA MONTEIRO DE CARVALHO, item 12 (X), de IX, acima.
- 3 (X)- ABÍLIO AYRES DE AGUIRRE que se casou com PALMIRA DE MORAES, com geração.
- 4 (XI)- ANA CONSTANÇA AYRES que se casou com BENEDITO FERREIRA LEONEL, com geração.
- 5 (XI)- JOSÉ AYRES RIBAS que se casou com ANA CANDIDA MONTEIRO DE CARVALHO, sua prima do item 3 (XI), do § 3º, adiante, com geração.
- 6 (XI)- NESTOR AYRES DE AGUIRRE que se casou, em primeiras núpcias, com MARIA CONCEIÇÃO MONTEIRO, item 5 (XI), do §4º, com geração. Em segundas núpcias, com ISAURA MONTEIRO, também com geração
- 7 (XI)- BRASÍLIO AYRES DE AGUIRRE que se casou com FRANCISCA AYRES DE AGUIRRE, sem geração.

§ 2º

X- DOMINGOS MONTEIRO DE CARVALHO (fº de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX) que se casou com MARIA RAFAELA DE JESUS. Tiveram:

- 1 (XI)- ZULMIRA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com LAURINDO ANTUNES NOGUEIRA, com geração
- 2 (XI)- ANTÔNIA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com OLÍMPIO NOGUEIRA, com geração.
- 3 (XI)- LUIZA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com ARLINDO NOBREGA DE ALMEIDA, com geração.
- 4 (XI)- JOÃO MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com ISALTINA ROLIM DA ROSA, com geração.
- 5 (XI)- PEDRO MONTEIRO DE CARVALHO falecido solteiro.

§ 3º

X- LEOCÁDIO MONTEIRO DE CARVALHO (fº de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX) que se casou com ANA CANDIDA AYRES. Tiveram:

- 1 (XI)- MARIA JOSÉ MONTEIRO que se casou com LUDOVICO MONTEIRO DE CARVALHO, seu primo do item 1 (XI), do § 4º, adiante, sem geração.
- 2 (XI)- ANGÉLICA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com OTÁVIO MULLER, com geração.
- 3 (XI)- ANA CANDIDA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com o seu primo JOSÉ AYRES RIBAS, do item 5 (XI), do § 1º, acima.
- 4 (XI)- SALVADOR HENRIQUE MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com DORALINA OLIVEIRA, com geração.
- 5 (XI)- JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO que se casou, em primeiras núpcias, com MARIA AUGUSTA RIBEIRO; em segundas núpcias, com OLGA NORONHA, sem geração.
- 6 (XI)- BENEDITO HENRIQUE MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com sua prima MARIA LEONEL FERREIRA, filha do casal do item 4 (XI) ,§ 1º, acima.
- 7 (XI)- FRANCISCA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com LUIZ PONTES com geração.

§ 4º

- X- ALÍPIO MONTEIRO DE CARVALHO (fº de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX) nasceu em Itapetininga a 6-AGO-1862 e faleceu no mesmo lugar, a 12-SET-1926. Casou-se com MARIA DO ROSÁRIO ROLIM, nascida em Itapetininga a 20-NOV-1771 e falecida em 22-AGO-1919 (Nota 50). Tiveram:
- 1 (XI)- LUDOVICO MONTEIRO DE CARVALHO, casado com a sua prima MARIA JOSÉ MONTEIRO DE CARVALHO, do item 1 (XI), do § 3º, acima, com geração.
 - 2 (XI)- ANA FAUSTINA MONTEIRO DE CARVALHO (Cotinha) que se casou com o PROF. ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA, com geração.
 - 3 (XI)- JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO SOBRINHO que se casou com MARIA JOSÉ PEREIRA DE MORAES, com geração.
 - 4 (XI)- PROFª ANTÔNIA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com JOSÉ QUARENTEI FILHO, com geração (ver Nota 48).
 - 5 (XI)- MARIA CONCEIÇÃO MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com NESTOR AYRES DE AGUIRRE, do item 6 (XI), do §º 1º, acima, com geração.
 - 6 (XI)- ISAURA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou em primeiras núpcias com JOSINO PRADO; em segundas núpcias, com o seu primo e cunhado, NESTOR AYRES DE AGUIRRE, dos itens 5 (XI), deste § e 6 (XI), do § 1º, acima, com geração.
 - 7 (XI)- CONTADOR BENEDITO MONTEIRO DE CARVALHO ROLIM que se casou com ROSA FRALETE, com geração.

- 8 (XI)- FARMACÊUTICA ALICE MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com JOÃO CARRIEL DE MORAES, com geração.
- 9 (XI)- JOÃO MONTEIRO DE CARVALHO, que se casou em primeiras núpcias com JACY CAMARGO, com geração. Em segundas núpcias, com FARID BACARATE, sem geração.

§ 5º

- X- ANTÔNIO MONTEIRO DE CARVALHO (fº de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX) que se casou com MARIA A. NOGUEIRA. Tiveram:
- XI- JOSÉ MONTEIRO DE CARVALHO (Juca) que se casou, em primeiras núpcias, com sua prima ANTONIETA MONTEIRO DE BARROS, do item 1 (XI), § 13º, adiante, com geração. Em segundas núpcias, com MARIA ISABEL MARTINS CAMARGO, com geração.

§ 6º

- X- SALUSTIANO MONTEIRO DE CARVALHO (fº de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX) que se casou com IDALINA AYRES NOGUEIRA. Tiveram:
- 1 (XI)- MARIA AMÁLIA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com FRANCISCO BASILI, com geração.
- 2 (XI)- ANA CONSTANÇA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com o PROF. MÁRIO DE ALMEIDA MELLO, sem geração.
- 3 (XI)- ZORAIDE MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com o PROF. ARACY MORAES TERRA, com geração.
- 4 (XI)- PROFª GENY MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com ALBERTO MENDES DA SILVA, com geração.
- 5 (XI)- FLÁVIO MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com ROSINA ROMANO MONTEIRO, com geração.
- 6 (XI)- PROFª NAIR MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com AMÉRICO BORGHI, com geração.
- 7 (XI)- PROFª LOURDES MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com ANTÔNIO ANDRADE, sem geração.
- 8 (XI)- PROFª ESTER MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com PAULO CUNHA, com geração.

§ 7º

- X- JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO JÚNIOR (fº de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX) que se casou com FRANCISCA DE SOUZA NOGUEIRA MACHADO. Tiveram:

- 1 (XI)- MIGUEL MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com MARIA AUGUSTA DA SILVA, filha adotiva de seus tios dos itens 12 (X), de IX, e de 2 (XI), do §1º, acima.
- 2 (XI)- CLOTILDE MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com JOSÉ PESTES, sem geração.
- 3 (XI)- ANA DOS PRAZERES MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com NICANOR DOS SANTOS, com geração.
- 4 (XI)- BENEDITA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com NAPOLEÃO LEONEL FERREIRA, seu primo, filho do casal do item 4 (XI), do § 1º, com geração.
- 5 (XI)- ANTÔNIO MONTEIRO DE CARVALHO, solteiro.

§ 8º

X- JOÃO MONTEIRO DE CARVALHO PRIMO (fº de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX) que se casou com MARIA DOS PRAZERES AYRES CAMARGO. Tiveram:

- 1 (XI)- PROFª ANA CONSTANÇA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com ANTÔNIO MARTINS CARNEIRO, com geração.
- 2 (XI)- PROFª MARIA APPARECIDA MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com o PROF. NICANOR DOS SANTOS TERRA, com geração.
- 3 (XI)- PROFª CAROLINA CAMARGO MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com ALCEU CARDOSO, com geração.
- 4 (XI)- PROF. EXPEDITO MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com IDA CHIERIGUINE, com geração.
- 5 (XI)- PROF. JOÃO CAMARGO MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com ZILÁ DE JESUS, com geração.
- 6 (XI)- PROF. JOSÉ AYRES MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com a PROFª HELENA CARDOSO, com geração.
- 7 (XI)- PROF. JOAQUIM FREDERICO MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com a PROFª WILMA DAVANSO, com geração.
- 8 (XI)- PROFª ISABEL AYRES MONTEIRO DE CARVALHO que se casou com o DR. ORACY GOMES TEIXEIRA, com geração.

§ 9º

X- VICTALINA MONTEIRO DE CARVALHO (fª de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX), nascida em Itapetininga (Nota 51), que se casou com o seu primo do item 1 (X), § 14º, adiante, JOAQUIM MANOEL DA SILVA JÚNIOR, nascido em Itu, a 15-ABR-1861 e batizado a 24-AGO-1861. Tiveram:

- 1 (XI)- FARMACÊUTICA ANA MARIA MONTEIRO DA SILVA, que segue.

2 (XI)- YRAIDES MONTEIRO DA SILVA, que segue no § 10º.

3 (XI)- PLACÍDIO MONTEIRO DA SILVA, que segue no § 11º.

XI- FARMACÊUTICA ANA MARIA MONTEIRO DA SILVA (Loló), nascida em Itu, SP, 23-NOV-1896 (Nota 52) e formada pela Escola de Farmácia de São Paulo (atualmente USP), em 1913, que se casou com JOÃO VALENTE BARBAS (Nota 53). Faleceu em 25-ABR-1947. Estão enterrados no Cemitério São Paulo, da capital paulista, na quadra 46, túmulo 78. Tiveram:

1 (XII)- PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (USP) MARIA CONCEIÇÃO VALENTE que se casou com o Bacharel em Direito (USP) RENATO BARACHINI STEMPNIEWSKI, com geração.

2 (XII)- MARIA DE LOURDES VALENTE que se casou com JOSÉ EDUARDO SEIDENSTICKER, com geração.

3 (XII)- MARIA APPARECIDA VALENTE, solteira, Enfermeira de Saúde Pública (USP).

4 (XII)- DR. MÉDICO JOÃO VALENTE BARBAS FILHO, professor de pneumologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1952 a 1997) que se casou com a PROFª IEDA MARIA SIMONETTI (Nota 54), com geração.

5 (XII)- ENGº MANOEL VALENTE BARBAS, formado, em 1954, em Engenharia Civil, pela Escola Politécnica de São Paulo (USP) que se casou com a Química Industrial Norma ROZSANYI VASCONCELLOS (Nota 55), com geração.

6 (XII)- ASSISTENTE SOCIAL MARIA DO CARMO VALENTE (PUC) que se casou com SÉRGIO RUBENS SAMPAIO CAMPOS, sem geração.

§ 10º

XI- YRAIDES MONTEIRO DA SILVA (Lolita), filha de Victalina Monteiro de Carvalho (§ 9 nº X) que se casou com o Prof. de Matemática do Colégio São Luiz (de Itu e de São Paulo) JOSÉ ESTEVES CARRAMENHA (Nota 56). Tiveram:

1 (XII)- CIRURGIÃO-DENTISTA (USP) HAMILCAR DA SILVA CARRAMENHA que se casou com MARIA AMÉLIA BRACCO, com geração.

2 (XII)- PROFª MARIA DE LOURDES DA SILVA CARRAMENHA que se casou com o PROF. FRANCISCO BUENO COSTA, com geração.

§ 11º

XI- PLACÍDIO MONTEIRO DA SILVA (Plácido), filho de Victalina Monteiro de Carvalho (§ 9 nº X), que se casou com a sua prima ÚRSULA ARACI MONTEIRO DE BARROS, do item 2 (XI), § 13 (Nota 57). Tiveram:

- 1 (XII)- PROF^a. IRAÍDES MONTEIRO DE BARROS E SILVA, solteira;
- 2 (XII)- PROF^a. TEREZA MONTEIRO DE BARROS E SILVA, solteira;
- 3 (XII)- PROF^a. ODETE MONTEIRO DE BARROS E SILVA, solteira.

§ 12º

X- IDÁLIA MONTEIRO DE CARVALHO (Nhara), f^a de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX. Casou-se com FRANCISCO VALENTE BARBAS (irmão de João Valente Barbas, do item 1 (XI), § 9º, acima). (Nota 58). Filhos:

- 1 (XI)- MANOEL MONTEIRO VALENTE (Siloca) que se casou com MARIA AUGUSTA, com geração.
- 2 (XI)- PROF^a ANA HILDA MONTEIRO VALENTE que se casou com ATHÍLIO NARDI, com geração.
- 3 (XI)- LUIZ MONTEIRO VALENTE (Lulu) que se casou com a sua prima ANA ILZA MONTEIRO DE CARVALHO, filha do casal dos itens 1 (XI), do § 5º e 1 (XI), do § 13º.
- 4 (XI)- ARGEMIRO MONTEIRO VALENTE que se casou em primeiras núpcias com ROSA DA SILVA; em segundas núpcias com, sem geração.

§ 13º

X- ANA CONSTANÇA MONTEIRO DE CARVALHO (Nicota), f^a de Joaquim Monteiro de Carvalho, do § 1 nº IX. Casou-se com PEDRO MARIANO DE BARROS (ainda Nota 57). Tiveram:

- 1 (XI)- ANTONIETA MONTEIRO DE BARROS que se casou com o seu primo JOSÉ MONTEIRO DE CARVALHO, do item 1 (XI), do § 9º, com geração.
- 2 (XI)- ÚRSULA ARACI MONTEIRO DE BARROS (ainda Nota 57) que se casou com o seu primo PLACÍDIO MONTEIRO DA SILVA, do item XI, do § 10º, acima, ali a geração.
- 3 (XI)- HERMÍNIA MONTEIRO DE BARRROS que se casou com ANTÔNIO ESTEVES CARRAMENHA, irmão do marido de sua prima, do item XI, do § 10º, acima, com geração.
- 4 (XI)- PROF^a DJANIRA MONTEIRO DE BARROS (Lila), faleceu solteira.
- 5 (XI)- ANA CONSTANÇA MONTEIRO DE BARROS (Sinhá) que se casou com JOSÉ CAVALHEIRO, com geração.

§ 14º

IX- MARIA CAROLINA MONTEIRO DA SILVA, filha de Leocádia Rita Portella, do § 1 nº VIII. Com 22 anos no inventário de seu pai, em 1856, que se casou com MANOEL JOAQUIM DA SILVA (Maneco Pecado), irmão do marido de sua irmã, do item 4 (IX), de VIII, acima (ainda Nota 59). Tiveram:

- 1 (X)- MANOEL JOAQUIM DA SILVA JÚNIOR (Manequinho Pecado) (Nota 60) que se casou com a sua prima VICTALINA MONTEIRO DE CARVALHO, do item X, § 9º, acima, ali a geração.
- 2 (X)- CLOTILDE IGNÁCIA MONTEIRO DA SILVA, falecida solteira, em Itu, SP, aos 34 anos, em 1.905.

§ 15º

IX- JOAQUINA ANGELA MONTEIRO DE CARVALHO, filha de Leocádia Rita Portella, do § 1 nº VIII. No inventário de seu pai, também como Camargo, já falecida, na época (1856), em Mogi Mirim, que havia se casado com ANTÔNIO ALVES. Dado o número de filhos, citados no inventário como herdeiros, tudo leva a crer que ela fosse a mais velha de todos os irmãos legítimos. Teve:

- 1 (X)- Luiz, solteiro, em 1856, com 19 anos.
- 2 (X)- João, idem, idem, com 18 anos.
- 3 (X)- José, idem, idem, com 17 anos.
- 4 (X)- Candido, idem, idem, com 13 anos.
- 5 (X)- Antônio, idem, idem, com 11 anos.
- 6 (X)- Maria, idem, idem, com 9 anos.
- 7 (X)- Candida, idem, idem, com 7 anos.
- 8 (X)- Júlia, idem, idem, com 5 anos.

NOTAS REFERENCIAIS:

(1) MOURA, AMÉRICO DE. “Os povoadores do campo de Piratininga (traços biográficos e genealógicos)”. Separata da REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. Vol. XLVII, págs. 146 e 147. Este autor parece que possuía muitas informações interessantes e originais, quando escreveu o artigo. Não se sabe se conseguidas através de pesquisas, leitura ou tradição oral familiar ou social. Porém, foi displicente, não pensando na contribuição histórica que poderia realmente dar para o futuro; simplesmente desleixou nas referências/fontes de onde, supõe-se, extraiu suas informações. Algumas destas fontes, simplesmente não menciona; outras, cita de passagem, sem preci-

sar onde foram encontradas ou se achavam arquivadas na ocasião, impedindo uma consulta posterior sobre a matéria. Ele cita o nome dos pais do primeiro Pedro Vaz de Barros: diz serem Jerônimo Poderoso (sic) e Joana Vaz de Barros. Esse Poderoso poderia ser, inclusive, uma má leitura paleológica de Pedroso; mas ele reforça a afirmação ao dar o nome do primeiro filho do casal como Antônio Poderoso (e acrescenta...”*depois Antônio Pedroso de Barros*”), aquele que conhecemos por Pedro Taques e Silva Leme também como Antônio Pedroso de Barros. Se essa informação fosse acompanhada pela fonte onde a colhera, seria de grande interesse histórico e genealógico. Mas cai no vácuo de profunda dúvida. Outra notícia que dá sobre esse par ancestral é que eram “*ambos meio cristãos novos*”. Mas também não declara de onde tirou essa informação. Como o artigo é de 1952, antecedeu na assertiva a José Gonçalves Salvador (ver Nota 3, abaixo), o que faz supor que este se louvou no primeiro para passar adiante a notícia, infelizmente não baseada em fonte resgatável. Outra informação que dá é que Antônio Pedroso de Barros declarou ao visitador do Santo Ofício, em 1591, na Bahia, ser “*tratante*”(contratado) para o Peru; aí declarou também os nomes e condição dos pais (descendentes de judeus). Essa notícia seria de grande valor para os descendentes, se fosse fundamentada, mas até o dia de hoje não se sabe onde está esse documento, quem o viu, quem primeiro transmitiu o fato. José Gonçalves Salvador também confirma o caso com as mesmas palavras, talvez se louvando em Antônio Moura, sem apurar se fundamentada ou não. Sobre Pedro Vaz de Barros (o Pº), Moura acrescenta de novidade que era mordomo da Confraria do Rosário, mas também sem citar datas ou origem da notícia. Diz ainda que recebera uma Sesmaria, em 1501, em Cabo Frio, atualmente, Rio de Janeiro, registrando a seguir : “”Sesm.”, I, 201”. Informações históricas e genealógicas desse naipe mais causam polêmica, dúvidas, do que esclarecem ou acrescentam algo ao que já se sabe sobre a família.

(2) “REVISTA DA ASBRAP” nº 3, p. 75.

(3) JOSÉ GONÇALVES SALVADOR, “Os Cristãos-Novos e o Comércio no Atlântico Meridional”, págs. 65, 82, 95, 102, 104, 113, 130, 231,359, 369; “Cristãos-Novos, Jesuitas e Inquisição”, págs. 17, 46, 47, 52, 169, 172, 173, 185); “Cristãos-Novos – Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro”, Editora Pioneira/MEC, págs. 7, 8, 13, 14, 32, 34, 62). A idade dos irmãos Pedrosos de Barros, além de outros cálculos, pode-se confrontar com que este autor diz, na p. 65, do primeiro livro aqui citado: “*Um dos tais, rapaz de 21 a 22 anos (estava-se em 1591), chegara do Peru ainda há pouco, aonde fora na qualidade de “tratante”. Seu nome? Antônio Pedroso de Barros, que viria a ser figura de projeção na capitania vicentina*”. Dá como referência “*Documentos da Visitação de 1591....*,”

cf. Bh 1591, p.195”.Onde estariam, na Bahia, esses documentos que merecem uma publicação caprichada e bem divulgada???!!!.

- (4) Benedito Bastos Barreto – 1896 – 1947, no seu precioso livro “NO TEMPO DOS BANDEIRANTES”, Edições Melhoramentos, 3ª edição, págs. 161 a 167.
- (5) “HISTÓRIA GERAL DAS BANDEIRAS”, de Affonso E. Taunay, Tipografia Ideal, 1924, tomo 1º, págs. 233 a 235.
- (6) “HISTÓRIA GERAL DAS BANDEIRAS”, idem, idem, idem, tomo 1º, p. 271
- (7) “HIST. GERAL DAS BANDEIRAS”, idem, idem, idem, tomo 1º, p. 195).
- (8) “HIST. GERAL DAS BANDEIRAS, idem, idem, idem, tomo 1º, p. 300.
- (9) “HISTÓRIA GERAL DAS BANDEIRAS”, tomo 2º, p. 78 a 83, 85/86 e 89.
- (10) “HISTÓRIAGERAL DAS BANDEIRAS, tomo 3º, págs. 25).
- (11) “APONTAMENTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, BIOGRÁFICOS, ESTATÍSTICOS e NOTICÍOSOS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO”, Rio de Janeiro, 1879, de Azevedo Marques (Manuel Eufrázio), p. 104.
- (12) “HISTÓRIA DAS BANDEIRAS”, tomo 8º, p. 390
- (13) “APONTAMENTOS”, de Azevedo Marques, p. 105, 2ª parte.
- (14) “REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO”, Vol. XXXVII, 1939, p. 213.
- (15) SL, Vol. 3º, pág. 491, item 4-12
- (16) O inventário de Lucrecia Pedroso Leme está publicado na coleção “INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS”, Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo”, 1921, Vol. XXV, p. 209.
- (17) Processo de Habilitação de “Genere et Moribus”, nº 1-28-253, em 1752, de Manoel da Costa Aranha, Cúria Metropolitana de São Paulo.

(18) Processo nº 1- 49-401, em 1766, de Joaquim Novaes de Magalhães, Curia Metropolitana de São Paulo. Crê-se que esse Joaquim Novaes de Magalhães não tenha se tornado padre devido à situação político-religiosa que reinava em Itu, na época, descrita nesse processo de “Habilitação”. Ali, em 27-JUL-1768, um certo José Antônio da Silva, declara que estando o pároco da Freguesia de N.S^a da Candelária ausente, de licença, o coadjutor, Bernardo de Sampaio, sendo da família dos Ferrazes e Arrudas e havendo grande oposição e rancor entre essa família e a do habilitando (de tal sorte que “há pouco mais de um mês, por ordem do Governador Geral da Capitania, vieram a esta cidade presos o Capitão Antônio Ferraz de Arruda e seu filho de mesmo nome”), por esse motivo ignora o declarante a quem há de cometer a inquirição do habilitando, em razão da citada ausência e suspeição do presente coadjutor. Parecia, assim, não ser propício o ingresso do postulante no sacerdócio, em vista do ambiente político reinante no clero ituano, na época. Além do mais, Silva Leme dá o casamento deste Joaquim Novaes de Magalhães e larga descendência do casal.

(19) “REVISTA DA ASBRAP”, nº 4, pág. 109, “O casal Lucrecia Pedroso Leme e Antônio Vieira Antunes”, de Manoel Valente Barbas.

(20) Registro do casamento de Francisco Gonçalves e Marta da Costa: Livro de Batizados e Casados e Defuntos da Freguesia de São Victor, do ano de 1643, Mórmons, rolo nº 1.383.773.

(21) “REVISTA DA ASBRAP”, nº 2, págs. 41 a 58, “CRISE NA VILA DE ITU – 1776”, de Manoel Valente Barbas.

(22) REVISTA DA ASBRAP” nº 6, págs. 139 a 168, “A FAMÍLIA ARANHA NA VILA DE ITU DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX”, de Manoel Valente Barbas.

(23) SILVA LEME, Vol. IIIº, Título “Pedrosos de Barros”, cap. 4º, item 1-10, sub-item 2-1.

(24) Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População, Itu, 1765: “Lista de oficiais soldados e mais pessoas que pertencem à Vila de Itu de que é capitão mor Salvador Jorge Velho, fogos, 223, habitantes, 8582.

(25) Idem, idem, idem, à Nota 24, 1766, fogos, 257, habitantes, 25.711.

(26) Registro do óbito de Francisco Magalhães Novaes: Livro nº 3 de óbitos de Itu, fls. 238, Diocese de Jundiá.

(27) Testamento e Inventário de Francisco Novaes de Magalhães: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, Inventários e Testamentos não publicados, Caixa 80, Ordem 557, Estante A, Prateleira 11, antigo maço 40, anos de 1784 e 1785. Trás escrito na capa: “Testamento de Francisco Novais de Magalhaens cosido com cinco pontos de retrós azul e cinco pingos de lacre e pordatado, feito e aprovado por mim tabelião abaixo assinado, Villa de Itu, 11 de julho de 1785, Vicente de Silva Bueno”. Reafirma sua naturalidade e filiação. Ao falar de sua filhas Francisca e Ana, solteiras, declara: ...“ das quaes está a dita Francisca contratada para casar com Manoel Pinto Ferraz e para a conta de seu dote dei já ao dito Manoel Pinto seis mil cruzados em dinheiro. Declaro que dei a cada um dos meus genros cinco mil cruzados em dinheiro, tão bem ao defunto meu filho Joaquim Novais interei cinco mil cruzados”. Quanto à relação de bens: “Declaro que possuo bens (de) raiz, móveis, e semoventes e dos bens de raiz possuo a casa em que vivo, a Fazenda de gado na paragem chamada Ithaym, cujo gado pertence a metade a viuva do defunto meu filho Joaquim e as casas que se estão fazendo abaixo das de minha residencia que se o dito Manoel Pinto (Ferraz) as quiser haver a si as tomará pela sua avaliação tão bem hum sitio na paragem Anhemby com tudo a que lhe pertence consta da escritura que me passou Felix de Godoy e ordenais bens, como dinheiro, ouro, prata, escravos, trastes, alfaias de casa, de tudo sabe minha mulher e dela confio, que dará a tudo manifesto. Declaro que tenho tido vários negócios, dos quais se me estão devendo quantias quehão de contar dos creditos e dinheiros que tenho; e que eu não devo coisa alguma, e nada tenho que satisfazer dos meus bens. Declaro que nas dividas que me devem, é minha vontade que se não deve juro a pessoa alguma. Ainda que eu acima declaro que não devo coisa alguma se alguém tiver algum titulo ou obrigação que me constitua seu devedor se por negocio ou por algumro de conta, o meu testamento satisfará sendo que é certa a divida.” E o testamento termina: “Esta é minha vontade e do modo que tenho dito, pedi ao Ver. Vigario Manoel da Costa Aranha que escreveu este testamento, com que eu me assino. Itu, em 11 de outubro de 1785”.

(28) SILVA LEME, vol. IIIº, título “Pedrosos de Barros”, Cap. 4º, item 1-10, sub-item 3-1.

(29) SILVA LEME, vol. IIº, título “Lemes”, p. 424, item 6-9.

(30) Cópia do assentamento de batismo de Francisco Xavier Carlos, obtida (e na posse de Manoel Valente Barbas), em DEZ-1981, na Conservatória do Registo (sic) Civil de Braga.

(31) Carta Patente a Francisco Xavier de Azevedo no posto de Capitão da Cia de Itu do Regimento de Infantaria Auxiliar de Serra Acima - cópia, obtida por (e na posse de) Manoel Valente Barbas, no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Sala 7, Estante N, Prateleira 2, Livro 19, Fls. 133v, Caixa 9, Ordem 367.

(32) Carta de Sesmaria, datada de 6 de agosto de 1773, de um rincão de campo da peleja (sic) do distrito da Vila de Faxina, documento existente no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, na caixa 9, Ordem 367, fls. 73v.

(33) Idem, idem, idem à Nota 21, p. 52

(34) NEME, MÁRIO. “História da Fundação de Piracicaba”, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2ª edição, 1974 p. 66.

(35) GUERRINI, LEANDRO. “História de Piracicaba em Quadrinhos”, Edição do Instituto Histórico e geográfico de Piracicaba, 1970, 1º Vol., p. 32, 29 de julho de 1774.

(36) DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Caixas de População, Recenseamento de Itu, 1801, recenseado nº 101 – Francisco Xavier de Azevedo.

(37) SILVA LEME, IIIº vol., p. 493, item 5-1.

(38) Sobre o Capitão Bartholomeu de Arruda, ver REVISTA DA ASBRAP nº 6, p. 155, quando o autor tratou da polêmica entre este e o Capitão Mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha.

(39) DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Caixas de População, Recenseamento de Itu, 1790, Lista Geral da Cia do Capitão Carlos Bartholomeu de Arruda, Bairro de Putrebu (sic): Alferes Caetano José Portela, 30 (anos); no de 1808, capitão agregado, casado, 41 anos, branco.

(40) “DOCUMENTOS AVULSOS DE INTERESSE PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO”, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1954, vol. IV, p. 8 a13.

(41) “A CIDADE DE ITU”, de Francisco Nardy Filho, volumes Iº (1928), IIIº (1950), IVº, 1951), de diversa editoras.

(42) SILVA LEME, vol. 9, p. 128. Aqui, Silva Leme não dá o nome de Leocádia Rita Portela, por não sabê-lo. Só diz que uma filha de Caetano José Portela casara-se com Domingos Monteiro (sem o Carvalho), com geração em Itu e Itapetininga. Notar que este registro do volume 9º é uma adenda de Silva Leme à notícia que dera no vol. 3º (ver Nota 37), acima. O autor deste, descobriu o registro de casamento correspondente, como apontado na Nota 43, a seguir.

(43) Casamento de Leocádia Rita Portela com Domingos Monteiro de Carvalho, de 18-NOV-1828: Livro 262 de Casamentos da Paróquia de N.S^a da Candelária de Itu, fl. 5, Diocese de Jundiá.

(44) Os nomes dos filhos do casal Domingos Monteiro de Carvalho e Leocádia Rita Portela se encontram no testamento/inventário do primeiro, de 1856, no “Museu da República”, Itu, SP, sob nº 1381, maço 67, Documentos do Cartório do 1º Ofício de Itu, inventariante, Leocádia Rita Portela. Os “*Autos de Contas de Testamento*” se encontram no mesmo Arquivo, sob nº 1511, Maço 71, de 1858, com o nome do inventariante: Joaquim Novaes Portella.. Por outro lado, no Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, caixa 6, nº de ordem 6098, há o “Registro de Testamento do Capitão Domingos Monteiro Carvalho, apresentado aos 24 de novembro de 1856. Neste, vê-se escrito: “*Testador: Capitão Domingos Monteiro de Carvalho, falecido nesta cidade aos 13 de dezembro de 1855, com testamento que foi aberto no dia seguinte. Marca prazo para dadas de conta.....(ilegível) e foi aceito pelo testamenteiro aos 22 de 9bro de 1856. Herdeiros:seos filhos. Ligados: A- José filho de Antonia de tal: 300\$000; A – outro Jr (sic) do mesmo: 300\$000; A – José Ribeiro, Maria José e Joaquina a quantia de 2:000\$000. Aos pobres que se apresentarem no dia do falecimentoo 1\$000 a cada um. Testamenteiros: 1º Joaquim Novaes Portella; 2ºJoão Monteiro de Carvalho 3º Miguel Luiz da Silva. Pagou a decima aos 12 de 10bro de 1856*”. É interessante de se notar quem eram os Testamenteiros de Domingos Monteiro de Carvalho: 1) Joaquim Novaes Portela (Guarda-mor), seu cunhado, irmão de sua mulher (Silva Leme, vol IXº, p. 129, item 6-5); o 2º), o seu filho natural, mais velho que os demais, que herdou igualmente com aqueles, sinal que era pessoa de sua máxima confiança; o 3º), o seu genro, Miguel Luiz da Silva do qual trataremos na Nota 59, abaixo.

No Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, na Lista de Eleitores de Itu, de 1852, aparece, no 3º Quarteirão, sob nº 245, Domingos Monteiro de Carvalho, 62 anos, casado, lavrador; já na Lista correspondente ao ano de 1855, quarteirão 10, nº 291, o mesmo Domingos está como 65 anos, casado, capitalista.

(45) Terras que possuía Leocádia Rita Portella, em Itu, no ano de 1856, conforme cópias de registro fornecidas pela DAESP – Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, de posse do autor:

- a) Registro de 1856: Livro nº 105, Freguesia de Itu, fl. 72v, nº do registro 280:Chácara Itahim;
- b) Idem: Livro nº 105, Freguesia de Itu, fl.73, nº do registro 281: sorte de terras no Pirapitangui;
- c) Idem : Livro nº 105, 78v, nº do registro 300: sorte de terras próximas à estrada para Sorocaba.

Por outro lado, o inventário de Leocádia Rita Portella se encontra no Arquivo do Museu da República, em Itu, sob o nº 117, maço 09, 1879, sendo o interessado Miguel Luiz da Silva (ver Nota 59), seu genro. Há também o processo de “*Acerto de Contas*”, do mesmo inventário, sob o nº 120, maço 8, sendo o inventariante, também, o mesmo Miguel Luiz da Silva.

(46) “EDIÇÃO COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DO INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO”, 1991, p. 481, onde aparecem os ancestrais genealógicos do casal.

(47) BARBAS, MANOEL VALENTE, “Da Fazenda Velha a São Miguel Arcanjo, - A Saga do Tenente Urias”, Rumograf, Indaiatuba, 1998, onde é dado todo o histórico e genealogia da família de Ana Constança de Souza Nogueira, descendente dos Lemes e dos Nogueiras de Baependi, MG.

(48) A relação detalhada dos descendentes do casal Joaquim Monteiro de Carvalho e de Ana Constança de Souza Nogueira deve-se ao levantamento feito por D. Antônia Monteiro de Carvalho Quarentei (Tônica) (item 4 (XI), do § 4º, acima), cópia manuscrita com Manoel Valente Barbas. Essa relação está atualizada até 1972. Por ser por demais extensa, nos limitamos, neste artigo, a apresentar os descendentes até a segunda geração do casal Joaquim Monteiro de Carvalho e Ana Costança de Souza Nogueira, ficando para uma próxima publicação a totalidade do documento.

(49) “VENÂNCIO AYRES, O CAVALEIRO DO IDEAL”, de Hiram Ayres Monteiro, 1997, p. 133.

(50) Silva Leme, Vol. 8, p. 429, título Gayas, nº 3, parágrafo 6º, item 1-6, subitens 2-1, 3-3, 4-1, 5-2, 6-9, 7-2, 8-6.

(51) Registro de batismo de Victalina Monteiro de Carvalho: Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, Diocese de Sorocaba, SP, Livro 13-B, fls. 50v, 21-SET-1872 (nascida a 25-MAIO-1872).

(52) Registro do nascimento de Ana Maria Monteiro da Silva: Registro Civil de Itu, SP, Livro A-7, fls. 130v, sob nº 573, 23-NOV-1896.

(53) Os ascendentes genealógicos de João Valente Barbas se encontram na “EDIÇÃO COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DO INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO”, 1991, pp. 484 a 486.

(54) Sobre a família paterna de Ieda Maria Simonetti, ver “OS CEM ANOS DA FAMÍLIA SIMONETTI NO BRASIL”, da própria Ieda Maria Simonetti, Rumograf, Indaiatuba, 1999. Sobre a sua família materna Graça, ver “UBATUBA – DOCUMENTÁRIO”, Washington de Oliveira, Editora do Escritor, São Paulo, 1977, p. 155, que fala de seu bisavô, José Joaquim da Graça. A p. 156 fala do pai da referenciada, Prof. Orlando Simonetti. Ieda é filha deste Orlando Simonetti (com família descrita como indicado acima) e de Izabel da Graça Teixeira; esta, filha de João Xavier Teixeira e Paula da Graça. João Xavier era filho de Benedito Xavier Teixeira (filho, por sua vez, de Joaquim Xavier Teixeira, português e Maria do Carmo Teixeira) e de Maria das Dores de Oliveira Canto (filha de João Francisco de Oliveira Canto e de Rita Cláudia do Canto). Paula da Graça era filha de José Joaquim da Graça e Verônica da Graça. Todos cidadãos de Ubatuba, litoral paulista.

(55) “REVISTA DA ASBRAP”, nº 1, p. 47. Ali, aparece a genealogia da Família Rozsanyi, materna de Norma Rozsanyi Vasconcellos.

(56) “MINHAS MEMÓRIAS”, do Prof. José Esteves Carramenha, Editora Franciscana, Piracicaba, SP, 1973, onde este festejado professor de matemática do Colégio São Luiz, de Itu e depois São Paulo (Avenida Paulista), dá algumas referências genealógicas sobre a sua pessoa e descreve suas múltiplas experiências de mestre do ensino médio paulista.

(57) Úrsula (Aracy) era filha de Pedro Mariano de Barros, filho, por sua vez, do casal Delphina Rolim Goes e Mariano de Barros, Silva Leme, vol. 8, Título Gayas, nº 3, cap. 1º, § 6º, item 1-6, subitens 2-1, 3-3, 4-1, 5-2, 6-9, 7-2, 8-2.

(58) “ALBUM DE ITAPETININGA, de João Netto Caldeira, Editado pela Organização Cruzeiro do Sul, São Paulo, p. 80: Fundação da “Escola de Comércio

de Itapetininga”, em 13-MAIO-1921. Assinou a Ata de fundação, Francisco Valente (Barbas).

(59) Miguel Luiz, nascido a 25-JAN-1830 e Manoel Joaquim da Silva, nascido a 21-MAIO-1837, na Vila de Ponte de Lima, Província do Minho, Portugal, eram filhos de José Antônio Sarapicos e de Francisca Rosa; netos paternos de Antônio José, e de Catharina Maria, de Santana de Sarapicos, também no Minho, e netos maternos de Ubaldo José da Silva e de Ana Maria Fiusa, de Ponte do Lima. Ana Maria Fiusa era filha de José Fiusa e de Francisca Ferreira, da Freguesia de Santa Marinha de Arcuzello (sic). Na idade adulta foram comerciantes e capitalistas na cidade de Itu, como narra Francisco Nardy Filho em seu livro “A CIDADE DE ITU”, IVº volume, página 229, quando trata dos portugueses que viviam em Itu, na segunda metade do século XIX. Também na p. 240, Nardy Filho cita de passagem os irmãos Monteiro (de Carvalho), quando cita as “casinhas” (mercadinhos) de Itu, após 1860, “ *Mais tarde vendeu a Câmara as Casinhas da esquina da rua do Comércio aos irmãos Monteiro, portugueses, que as demoliram, construindo aí um prédio, onde estabeleceram uma casa de negócio*”. E mais adiante, na mesma p. , diz: “ *Hoje nada mais resta das Casinhas de Itu; foram demolidas e no seu lugar feitas outras construções. O próprio prédio construído pelos irmãos Monteiro foi demolido*”. Manoel Joaquim da Silva foi proprietário de uma série de casas da rua do Comércio, hoje Floriano Peixoto, do lado esquerdo de quem desce, logo após a Praça Padre Anchieta. Morava no atual nº, onde até o dia de hoje há uma bandeira de ferro batido da porta que dá para a rua, com as iniciais “MJS, 1890”. **O “ALMANAK DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO”, de 1.873**, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo”, lista Miguel Luiz da Silva, entre os “capitalistas” da época, no “MUNICÍPIO DE ITU”, tais como: o Capitão Antônio Corrêa Pacheco e Silva, a Baronesa de Itu, o Barão de Piracicaba, o Capitão Bento Dias de Almeida Prado, Coronel Francisco Pereira Mendes, Joaquim Elias Pacheco Jordão e outros. Notar que este Almanaque é do mesmo ano da célebre “Convenção Republicana de Itu”.

(60) Manoel Joaquim da Silva Júnior (Manequinho Pecado), nasceu em 15-ABR-1861, e foi batizado em 24-AGO-1861 (registrado no livro 81 da Paróquia de Itu à folha 66v, Diocese de Jundiá).

Manoel Joaquim é citado na obra de Francisco Nardy Filho “A Cidade de Itu” já referida., vol. Iº, p. 173, roda-pé, quando o autor cita uma subscrição pública em favor da construção do novo edifício do Asilo de Mendicidade de Itu, por volta 1922/23.

Foi também indiciado no inquérito policial aberto face às ocorrências havidas no Largo da Matriz de Itu (atual Praça Padre Miguel), no dia 4-JAN-1900, quando os dois partidos antagônicos, “jagunços” (partidários do governo

da Província) e “maragatos (contrários àqueles, que ironicamente na cidade estavam em posição trocada face ao poder municipal), trocaram tiros em praça pública, resultando na morte de três pessoas. O relator de tal processo foi o consagrado doutor em direito Reinaldo Porchat (série de 4 artigos, escritos pelo historiador Roberto Machado Carvalho, no jornal “A FEDERAÇÃO”, de Itu, nos dias 7, 14, 21, 28-NOV-1998, 5, 19-DEZ-1998 e 16-JAN-1999 e “Suplemento Especial do Aniversário de Itu – 390 anos, do JP, escrito por Inaldo Lepsch, datado de 1º-FEV-2000, intitulado: “JAGUNÇOS X MARAGATOS, uma guerra sem vencedores – O centenário de uma tragédia”). Ainda, o autor Inaldo S. C. Lepsch, em seu livro “O BARÃO DE ITAIM”, Itu, 1999, p. 90, nota de roda-pé, cita este mesmo caso havido na praça central de Itu.

Sobre empréstimos e financiamentos de Manoel Joaquim da Silva Júnior aos poderes públicos, jamais saldados por estes, temos dois exemplos comprovados: a) O seu inventário de 1942, “EDGAR DE MARINS E DIAS, 2º Tabelião e Escrivão, Itú, Estado de São Paulo”, no item “DÍVIDAS ATIVAS”, diz: “O espólio é credor da Fazenda Nacional, pelo Departamento do Ministério da Guerra, da quantia de seis contos de reis, por fornecimento de mercadorias feitos ao 4º Regimento de Artilharia Montada de Itú, no ano de 1924”. Essa quantia nunca foi saldada, sendo o autor testemunha disto. b) No Arquivo do Museu Republicano de Itu, pastas do 1º escritório, 1 913, 09 – 187C, “Protesto”, envolvidos: Manoel Joaquim da Silva Júnior, Câmara Municipal de Itu, o primeiro tenta reverter dívida dessa Câmara para com ele, devido a empréstimo, em pagamento de impostos devidos por ele, o que foi negado, como transação imprópria (não prevista em lei). Mais um empréstimo não honrado pelo Poder Público.

Segundo tradição oral familiar e testemunhas, Manoel Joaquim da Silva Júnior foi o primeiro cidadão de Itu (no início de século XX) a ter automóvel, um Ford importado, que causou grande furor e cortejo popular quando desembarcou na estação ferroviária da cidade.

No “ALMANACH Histórico – Biográfico e Indicativo da COMARCA DE YTU Para o ano de 1910”, de Francellino Cintra, Editor – José de Andrade Pessoa, Typografia São José, Rua da Palma n. 46, Ytu”, à p. 41, aparece Manoel Joaquim da Silva Júnior como “Café (lavradores de) e à p. 42, como “Capitalista”.

(61) “ALBUM DE ITAPETININGA”, de João Netto Caldeira, editado pela Organização Cruzeiro do Sul, São Paulo (abreviatura A. I.) e ITAPETININGA E SUA HISTÓRIA, de Antônio Galvão Júnior, Gráfica Biblos Ltda., 1956 (abreviatura I. S. H.): Major João Monteiro de Carvalho (pai) teve grande atuação na vida pública de Itapetininga e se encontra citado inúmeras vezes nos dois livros acima referenciados, a saber, pelo tipo de atividade:

- a) Construtor do Teatro São João: A. I.: p. 60 (conclusão em 1873); I.S.H: p. 132 (recenseamento de 1874); p. 146 (1866).

- b) Participação em teatro amador, contando, inclusive com a colaboração do eminente intelectual Venâncio Ayres: A. I. : p. 58 (1855); I. S. H.: p. 85 (1855-1861); p. 147 (1866).
- c) Política: Briga entre o padre Albuquerque e Xisto Leme Brisola: I. S. H., p. 115 (1872).
- d) Maçonaria: Fundação da “Loja Firmeza”: I. S. H.: p. 1852.
- e) Atividade profissional: Escrivão do 1º Ofício (tabelião): A. I., p. 87 (desde a instalação da Comarca de Itapetininga).
- f) Enterro do Major João Monteiro de Carvalho: A. I., p. 61 (3-MAIO-1874).

(62) Nas mesmas referências da Nota 61, acima, aparece o Tenente João Monteiro de Carvalho Filho:

- a) Política: a1) Abolição da escravatura: A.I., p. 63 (15-MAIO-1888); I. S. H., p. 224 (15-MAIO-1888 –discurso); p. 226 (17-MAIO-1888 – passeata); a2) Deposição do Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, Presidente do Estado de São Paulo (14-DEZ-1893 – signatário de declaração); I. S. H.: p. 224 (14-DEZ-1893 – idem, idem).
- b) Benemerência: Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Itapetininga: A.I., p. 68 (1893).
- c) Atividade profissional: Escrivão de Júri (sic): A. I., p. 87.
- d) Atividades artísticas e culturais: d1) Orquestra de amadores: I. S. H., p. 181(1888); d2)Diretoria do “Clube Venâncio Ayres”: I. S. H., p. 183 (1888).

(63) ALMANAK DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO PARA 1873, IMPRENSA OFICIAL DE SÃO PAULO – IMESP, págs. 428 (Comarca de Itapetininga) e 429 (Município de Itapetininga) mostra o nome João Monteiro de Carvalho, pai e filho: o primeiro como Tabelião, Major Comandante da 8ª Seção de Batalhão da Reserva e Eleitor da Freguesia; o segundo como Contador e Eleitor da Freguesia. Mostra também Joaquim Monteiro de Carvalho como Delegado de Polícia, Tenente da 2ª Companhia da 8ª Seção de Batalhão da Reserva e Eleitor da Freguesia.